



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

=EDITAL=

----- **NUNO ALEXANDRE MARTINS DA FONSECA, PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS:** -----

----- **Faz público**, que nos termos da alínea u), do n.º 1, do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, conjugado com o regime do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, foi celebrado no dia 12 de maio de 2022 o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Câmara Municipal de Felgueiras e o Piloto a seguir descrito, o qual se encontra disponível no site www.cm-felgueiras.pt para consulta:-----

----- Júlio Daniel Abreu Pereira. -----

----- **Para constar e devidos efeitos, se lavra o presente edital e outros de igual teor, que vão ser publicitados nos lugares de estilo:** -----

----- **Eu,** , Diretor de Departamento de Administração, o subscrevi. -----

----- Paços do Concelho de Felgueiras, 13 de maio de 2022.-----

O Presidente da Câmara Municipal,

Nuno Fonseca

	CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS
CERTIDÃO DE AFIXAÇÃO	
-----Eu, <u>Nuno Fonseca</u>	
da Divisão Administrativa desta Câmara Municipal,	
certifico que afixei no Gabinete do Município um	
exemplar do(a) presente Edital/Avizo/Ata. -----	
Felgueiras, <u>13</u> de <u>maio</u> de 20 <u>22</u>	
O funcionário, <u>[Signature]</u>	





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

44

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º 29/2022

Considerando:

1. As atribuições das autarquias, nos termos Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, dispõem os tempos livres e o desporto, nos termos n.º 2 do artigo 23.º da alínea f), assim como da alínea u) do artigo 33.º "apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças".
2. O disposto nos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei de Bases do Sistema Desportivo – Lei Nº 5/2007, de 16 de janeiro, na sua atual redação.
3. O Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março (republicação do decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro), que define o regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo.
4. O Regulamento de Apoio ao Desporto Amador, que estipula os apoios que se destinam a contribuir para a concretização das iniciativas/ atividades das coletividades desportivas, nos termos da lei.
5. A importância, o papel social e comunitário da coletividade, que se configura como de interesse público, com relevo no processo de desenvolvimento desportivo do concelho de Felgueiras.

É celebrado e livremente, de boa-fé e reciprocamente aceite, o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entre:

Primeiro: O Município de Felgueiras, adiante designado por MF ou Primeiro Outorgante, devidamente representado pelo seu presidente, Nuno Alexandre Martins da Fonseca;

E

Segundo: Júlio Daniel Abreu Pereira, adiante designada por **Júlio Pereira**, ou Segundo Outorgante;

O qual se regerá pelo disposto nas cláusulas seguintes e no que for omissa pela legislação aplicável em vigor.



Praça da República - Marganda
4610-116 Felgueiras

T. 255 318000 F. 255 318170
geral@cm-felgueiras.pt

www.cm-felgueiras.pt

1 | 6

44



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Cláusula 1.^a **(Âmbito)**

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo (de ora em diante contrato-programa) visa, nos termos do Regulamento de Apoio ao Desporto Amador (de ora em diante RADA) os seguintes apoios:

1. Outras atividades/projetos objeto de comparticipação.

Cláusula 2.^a **(Objeto)**

Constitui objeto do presente contrato-programa, a execução do programa de desenvolvimento desportivo, que constitui o seu anexo, apresentado pelo Segundo Outorgante, de natureza financeira, material e/ou logística, consubstanciado no:

- a) O Projeto/atividade "**Campeonato de Portugal de Rallycross/Kartcross e Campeonato do Mundo de Rallycross 2022**", no âmbito da promoção da atividade física e desportiva.

Cláusula 3.^a **(Vigência e prazo de execução)**

1. O presente contrato-programa entrará em vigor na data da sua publicitação na página eletrónica do Primeiro Outorgante, em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, na sua atual redação.
2. Sem prejuízo da eventual revisão e/ou cessação do contrato-programa por acordo das partes contrastantes, a sua execução decorre de **abril a novembro de 2022**, ou salvo se o Primeiro Outorgante entender por bem conceder ao Segundo Outorgante alguma prorrogação graciosa desse prazo.

Cláusula 4.^a **(Custos e responsabilidades)**

1. O custo previsto do programa de desenvolvimento desportivo que faz parte integrante do presente contrato é de **31.095,00 € (trinta e um mil e noventa e cinco euros)**, nos termos do mapa financeiro anexo e em conformidade com o RADA.
2. A responsabilidade pelo financiamento desse programa será do Primeiro Outorgante, na percentagem de 3,5%, e do Segundo Outorgante, na percentagem de 96,5%.
3. Para a execução do programa de desenvolvimento desportivo constante do presente contrato-programa, o Primeiro Outorgante obriga-se a conceder ao Segundo Outorgante, uma comparticipação financeira de **1.087,50€ (mil, oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos)**, a pagar em conformidade com o RADA e com a Deliberação da Câmara Municipal datada de 05 de maio de 2022.
4. O encargo resultante deste Contrato-Programa será satisfeito pela classificação orgânica no corrente ano, no capítulo 0102 e económica no capítulo 040701 com a dotação global de 738.349,37€ (setecentos e trinta e oito mil, trezentos e quarenta e nove euros e trinta e sete cêntimos) e o saldo disponível de 66.151,50 € (sessenta e seis mil, cento e cinquenta e um euros e





cinquenta cêntimos), ao qual foi atribuído em 06 de maio de 2022 o compromisso n.º 2022/923, efetuado com base no cabimento n.º 2022/933.

5. A Minuta deste Contrato-Programa foi aprovada pela Câmara Municipal na reunião de 03 de fevereiro de 2022.

Cláusula 5.ª

(Obrigações do primeiro outorgante)

Constituem obrigações do Primeiro Outorgante:

1. Proceder aos apoios previstos na cláusula anterior, nos termos estabelecidos e no cumprimento da legislação e regulamentação.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato-programa, através dos serviços competentes, que poderá, para os efeitos, realizar inspeções, inquéritos e sindicâncias, bem como fazer auditorias através de entidades externas.

Cláusula 6.ª

(Obrigações do segundo outorgante)

Constituem obrigações do Segundo Outorgante:

1. Executar e cumprir integralmente o programa de desenvolvimento desportivo, que constitui objeto do presente contrato, de forma a atingir os objetivos expressos no mesmo.
2. Proporcionar todas as condições para que a prática desportiva seja desenvolvida com total observância dos princípios éticos e com respeito da integridade moral e física dos intervenientes.
3. Acautelar e salvaguardar todas as normas de segurança e regulamentares no âmbito da prática desportiva da/s modalidade/s objeto do/s apoio/s.
4. Cumprir as suas obrigações fiscais e perante a segurança social.
5. Fornecer, a qualquer momento, toda a informação e documentação de despesa, legal e fisicamente aceites, solicitada pelo Primeiro Outorgante, para efeitos de validação técnico-financeira, que demonstrem os pagamentos executados no âmbito do presente contrato-programa.
6. Apresentar um relatório, conforme modelo cedido pelo primeiro outorgante, referente a cada fase do regime de comparticipação e de apoios previsto no presente contrato-programa.
7. Publicitar o logótipo do Município de Felgueiras e a designação "*Felgueiras apoio o desporto*" em todos os materiais gráficos editados, no material/equipamento de competição, nos seus equipamentos/ instalações desportivas ou em outras formas de divulgação e promoção dos projetos e eventos que realizem com indicação expressa do apoio, comprovando sempre junto do primeiro outorgante.
8. Criar, conforme legislação aplicável, um centro de resultados próprio e exclusivo para a execução do contrato-programa objeto do presente contrato, não lhe imputando outros custos e proveitos que não sejam os da execução do mesmo, de modo a permitir o acompanhamento das verbas atribuídas exclusivamente para esse fim.
9. Informar por escrito o Primeiro Outorgante, com o máximo de antecedência possível, alterações ao programa de desenvolvimento desportivo, com a devida fundamentação.





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Cláusula 7.ª

(Destino e gestão da participação)

Os apoios previstos e atribuídos no presente contrato-programa, destinam-se à execução do programa de desenvolvimento desportivo anexo, sendo a sua gestão e/ou manutenção responsabilidade do Segundo Outorgante.

Cláusula 8.ª

(Sistema de acompanhamento e controlo da execução do programa)

1. O acompanhamento e controlo da execução do presente contrato-programa, compete ao Primeiro Outorgante, conforme previsto no n.º 2 da cláusula 5.ª.
2. O Segundo Outorgante obriga-se a colaborar com o Primeiro Outorgante no desenvolvimento das iniciativas a que se refere o número anterior e a disponibilizar-lhe todas as informações e toda a documentação acerca da execução do presente contrato-programa que lhe forem solicitadas.
3. O Segundo Outorgante deve incluir nos seus relatórios anuais de atividades uma referência expressa à execução do presente contrato-programa.
4. Concluída a realização do programa de desenvolvimento desportivo, o Segundo Outorgante fica obrigado a enviar ao Primeiro Outorgante, num prazo máximo de 30 dias, um relatório final (modelo próprio cedido pelo primeiro outorgante) da execução do contrato-programa, acompanhado dos comprovativos de todas as despesas referentes a essa execução.

Cláusula 9.ª

(Revisão do contrato)

1. O presente contrato-programa pode ser revisto a qualquer momento, por acordo das partes.
2. É sempre admitida a revisão do presente contrato-programa, em virtude de qualquer alteração superveniente e imprevista das circunstâncias que torne a sua execução excessivamente onerosa para o Segundo Outorgante ou que torne essa execução manifestamente inadequada à realização do interesse público.

Cláusula 10.ª

(Certificação das contas)

1. O Segundo Outorgante deve fazer certificar as suas contas, por revisor oficial de contas ou por sociedade revisora de contas, salvo quando os apoios que tenha recebido do Primeiro Outorgante forem, no ano económico, estimados num valor inferior a 50.000 €.
2. O Segundo Outorgante fica obrigado a afetar os apoios financeiros que receber do Primeiro Outorgante exclusivamente às finalidades para que eles foram concedidos.
3. O Segundo Outorgante fica obrigado a incluir no sistema contabilístico um centro de resultados para o registo exclusivo dos proveitos financeiros referentes aos apoios recebidos e aos respetivos custos associados, com a menção expressa da sua proveniência e da insusceptibilidade de serem penhorados, apreendidos judicial ou onerados, por força do art.º 6º, do Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, na sua atual redação.





Cláusula 11.ª
(Direito à restituição)

1. O incumprimento culposo do presente contrato-programa, por parte do Segundo Outorgante, confere ao Primeiro Outorgante o direito de reaver as quantias pagas, quando se verificar a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa de desenvolvimento desportivo que faz parte integrante do presente contrato-programa.
2. Nos demais casos não abrangidos pelo número anterior, o incumprimento por parte do Segundo Outorgante confere ao Primeiro Outorgante o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação financeira e os seus apoios materiais e logísticos.

Cláusula 12.ª
(Obrigações fiscais e para com a segurança social)

1. O Segundo Outorgante só poderá receber apoios financeiros, materiais ou logísticos do Primeiro Outorgante se provar que não está em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.
2. O Segundo Outorgante deve prestar o seu consentimento expresso para que o Primeiro Outorgante possa consultar diretamente a sua situação para com a administração fiscal e para com a segurança social.

Cláusula 13.ª
(Cessação do contrato)

O presente contrato-programa cessa a sua vigência:

1. Se, por falta não imputável às partes, se tornar objetivamente impossível realizar o programa de desenvolvimento desportivo que o integra.
2. Quando estiver integralmente executado o programa de desenvolvimento desportivo que o integra.
3. Se o Primeiro Outorgante exercer o direito de o resolver.

Cláusula 14.ª
(Defesa da integridade e combate à violência, à corrupção e à dopagem associadas ao desporto)

O incumprimento da legislação referente à defesa da integridade das competições, à luta contra a dopagem, à corrupção e à viciação dos resultados, à violência, ao racismo, à xenofobia nos espetáculos desportivos, bem como das determinações das entidades competentes nestas áreas, implica, em conformidade com o direito subsidiário, a suspensão de todos os apoios concedidos pelo primeiro outorgante, enquanto tal incumprimento se mantiver.

Cláusula 15.ª
(Direito subsidiário)

Ao presente contrato-programa aplica-se subsidiariamente o Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, na sua atual redação.





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Cláusula 16.^a
(Documentação complementar)

Faz parte integrante do presente contrato-programa, o programa de desenvolvimento desportivo apresentado pelo segundo outorgante, nos termos do n.º 11 do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 41/2019, de 26 de março, bem como o mapa financeiro.


Cláusula 17.^a
(Disposições finais)

1. Sem prejuízo da aplicação da parte III do Código dos contratos públicos (CCP), o presente contrato-programa não se encontra sujeito à Parte II do Código dos Contratos Público, nos termos do disposto na alínea c), n.º 4 do artigo 5.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º-B, ambos do referido Código.
2. Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.
3. Por força das restrições, interrupções e outros condicionalismos impostos por contextos de pandemia, com evidente impacto na atividade em curso, é da reserva do MF rever, adequar, restringir ou cessar os apoios previstos no presente contrato-programa.

Elaborado em duplicado de igual teor e forma, que depois de lido e estar conforme, vai ser assinado pelos outorgantes, ficando os mesmos na posse de um exemplar.

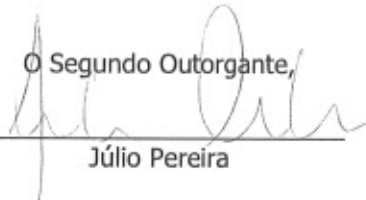
Felgueiras, 12 de maio de 2022

O Primeiro Outorgante,



Presidente do MF

O Segundo Outorgante,



Júlio Pereira



Felgueiras
CÂMARA MUNICIPAL

**REGULAMENTO DE APOIO AO DESPORTO AMADOR
CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

Requerente: JÚLIO DANIEL ABREU PEREIRA	Evento: Campeonato De Portugal Rallycross/Kartcross 2022 e Campeonato Mundo de Rallycross 2022	
Descrição dos Apoios	Serviço Municipal	Montante
Comparticipação Financeira	Divisão de Gestão Financeira	1.087,50 €
TOTAL		1.087,50 €



**REGULAMENTO DE APOIO AO DESPORTO AMADOR
CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO**

**Programa de Desenvolvimento Desportivo
OUTRAS ATIVIDADES/PROJETOS OBJETO DE COMPARTICIPAÇÃO**

1 - IDENTIFICAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ENTIDADE/REQUERENTE QUE SOLICITA O APOIO

Nome/Denominação: Júlio Daniel Abreu Pereira
Morada/Sede: Av. Dr. Leonardo Coimbra, nº 257, 1º Drto
Freguesia: Margaride Concelho: Felgueiras Distrito: Porto
Cartão Cidadão/Bilhete de Identidade Nr.: 13612283 NIF (N.º Identificação Fiscal): 256,719,500
NIPC (N.º Identificação Pessoa Coletiva): NISS (N.º Identificação Segurança Social): 11,915,267,673
Telefone: 916,414,248 Correio eletrónico: jp@japastudio.pt
Sítio Web:
Contacto preferencial: Nome: Telefone:
Objeto Social, conforme Estatutos (quando aplicável):
Publicação da constituição legal da Entidade/Estatutos, com identificação do sítio e data (quando aplicável):
Existência de alterações estatutárias (quando aplicável): Sim Não
Se sim, referenciar:
Existência de Regulamento/s Interno/s (quando aplicável): Sim Não
Se sim, juntar fotocópias do(s) mesmo(s) e das respetivas atas de aprovação.

2 - CARACTERIZAÇÃO DA ATIVIDADE/PROJETO

Identificação/denominação da atividade/projeto:
Campeonato Nacional de de Rallycross e Kartcross 2022
Data da concretização/participação:
de Abril a Novembro de 2022
Objetivos da atividade/projeto a desenvolver/participar:
Obtenção de Pódios e experiência para anos
População alvo a alcançar com a realização da atividade/projeto:
População jovem e população em geral que vibra com o desporto automóvel.
Período de duração:
Âmbito da atividade/projeto: Concelho Regional Nacional Internacional
Local de realização da atividade/projeto:
Concelho de Felgueiras Outros Concelhos Fora do território nacional
Caso tenha assinalado "Outros Concelhos" e/ou "Fora do território nacional", indicar local:
Lousada, Montalegre, Mação, Sever do Vouga e Baltar
Descrever a atividade/projeto a apoiar, atividades em que se desdobra, e locais onde se irá realizar, identificando se a atividade/projeto já se realizou nos locais agora enunciado:
Indicar, justificando, se a atividade/projeto a apoiar tem carácter pontual ou periódico:
Referir qual o impacto da atividade/projeto na comunidade e sua relevância para o desenvolvimento local.
O Kartcross fica disponível para ações de sensibilização junto da comunidade escolar de Felgueiras.





Handwritten signature

No caso da atividade/projeto ter carácter inovador, identificar em que medida:

No caso da atividade/projeto beneficiar do envolvimento da comunidade, referir em que se traduz esse envolvimento:
O kartcross poderá ir a Escolas ou Edif. da Camara Municipal, servindo com veiculo de promoção Breve historial desportivo da entidade/pessoa requerente e da atividade prosseguida:

O piloto teve participações pontuais em provas do campeonato nacional de kartcross e super especiais urbanas.

Outras informações de interesse para a apreciação:

3 - CARATERIZAÇÃO DOS ENCARGOS E APOIO PRETENDIDO

Referir os fatores que contribuem para a concretização da atividade/projeto a apoiar:
Demonstrar que a Município apoia o desporto.
Discriminar o tipo de despesas a realizar, a fonte de financiamento e o respetivo montante parcial:

Tipo de despesa	Fonte de financiamento	Montante	Observações
Equipamento e Veiculo	Próprio	18 830,00 €	
Inscrição Campeonato	CM Felgueiras	75,00 €	
Licença Anual FPAK	CM Felgueiras	150,00 €	
Inscrição seguro transponde	CM Felgueiras	2 640,00€	
Pneus, Gasolina	Parceiros	6 280,00€	
Mecânicos e Viagens	Parceiros	3 120,00€	

Montante total da atividade/projeto: 31 095,00€

Montante a cargo da entidade/requerente que solicita o apoio:
18 830,00 €

Montante total do apoio procedente de parceiros/patrocinadores, identificando-os:
9 400,00 €

Montante solicitado ao Município de Felgueiras:
2 865,00 €

Apoio logístico/material requerido ao Município de Felgueiras, para a concretização do evento: Sim Não

Se sim, identificar:

- Assinalar os documentos abaixo discriminados:
- Versão atualizada dos estatutos da entidade requerente e sua publicitação;
 - Eleição e tomada de posse dos órgãos sociais e respetivas atas;
 - Número de identificação de pessoa coletiva (NIPC)/ Cartão de Cidadão do requerente;
 - Comprovativo de registo de beneficiário efetivo nos termos da lei;
 - Cópia de contrato de seguro desportivo, nos termos da lei;
 - Declaração comprovativa da situação regularizada na Administração Tributária e autorização de consulta;
 - Declaração comprovativa da situação contributiva regularizada na Segurança Social e autorização de consulta;
 - Termo de responsabilidade para acidentes pessoais, nos termos da legislação aplicável.

Data: 17/03/2022

Assinado por: JÚLIO DANIEL ABREU PEREIRA Assinaturas

Num. de Identificação: 13612283

Data: 2022.03.21 16:59:34+00'00'

ENTRADA
CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

22 MAR. 2022

Funcionário: *Handwritten signature*

REG. 29 PROC. 815262

DESPACHO

A ração nos termos da RADA.

Handwritten signature

23 03 22

Handwritten signature